



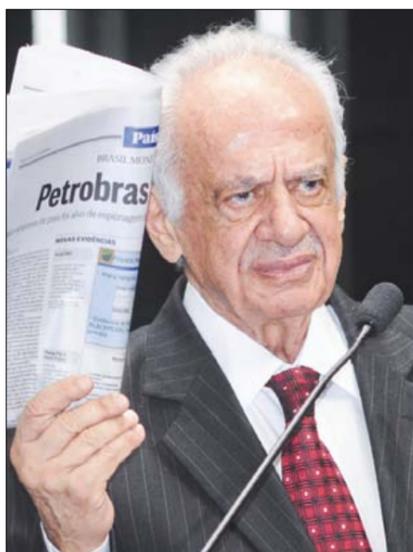
Minirreforma eleitoral e voto aberto em dias de decisão

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado analisa hoje, em turno suplementar, a minirreforma eleitoral. O objetivo do projeto é reduzir gastos de campanha e proporcionar maior equilíbrio

entre os candidatos. Caso sejam aprovadas, as novas regras seguirão para a Câmara. A análise da minirreforma precisa ser concluída até o final do mês para que as normas possam valer nas eleições de 2014. Amanhã,

a CCJ examina a proposta que estabelece o voto aberto em todas as deliberações do Congresso. O presidente do Senado, Renan Calheiros, defende a aprovação imediata do voto aberto para cassações de mandatos. **3**

Espionagem na Petrobras atinge leilão, afirmam senadores **5**



Waldemir Barreto/Agência Senado

Para Pedro Simon, potencial do campo leiloado desperta "atenção e cobiça" de empresas



Waldemir Barreto/Agência Senado

Presidente da CPI da Espionagem, Vanessa Graziotin quer ouvir autor das denúncias



Marcos Oliveira/Agência Senado

Randolfe Rodrigues vê "interesse econômico" e estuda acionar o STF contra "leilão viciado"



Waldemir Barreto/Agência Senado

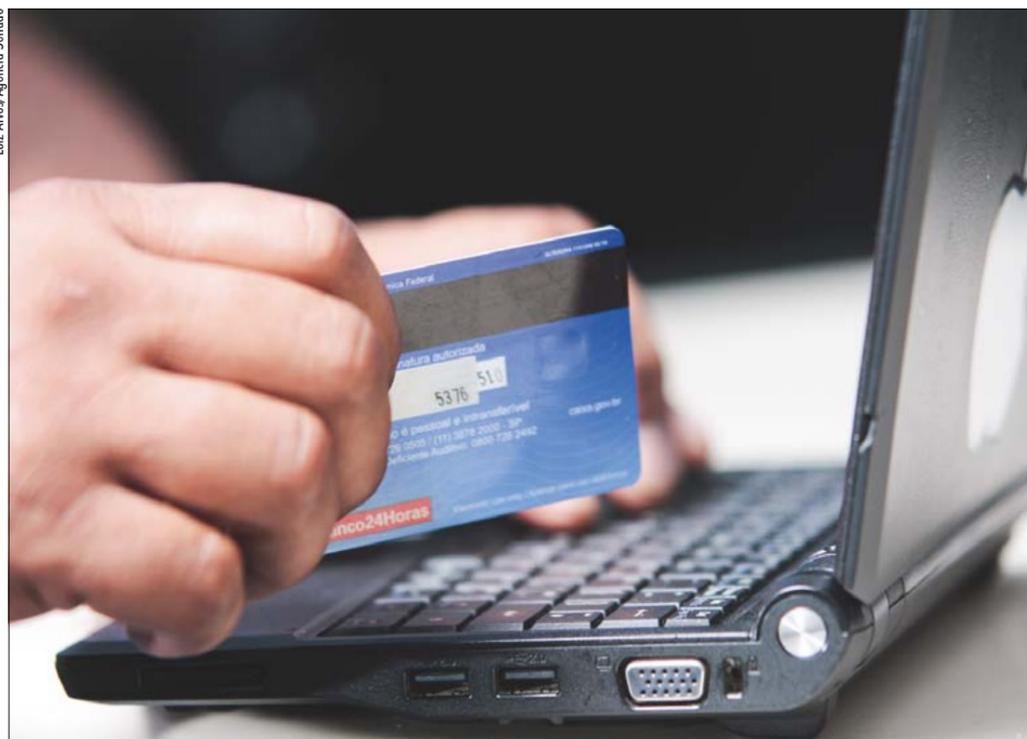
Rollemberg: "É muito provável que espionagem tenha recolhido informações estratégicas"



CCT lança relatório e revista sobre terras-raras

O relatório final sobre o Marco Regulatório da Mineração de Terras-Raras será apresentado hoje por Luiz Henrique, para votação imediata na subcomissão vinculada à Comissão de Ciência e Tecnologia. Em seguida, será lançada a 17ª edição da revista *Em Discussão!*, que trata do assunto. **2**

Luiz Alves/Agência Senado



O compartilhamento, entre sites de compras, das preferências do consumidor é alvo de regulação no Marco Civil da Internet

Vítima de alienação parental é mais propensa ao álcool, diz pesquisadora **6**

Sessão homenageia Salvador Allende e vítimas de ditadura no Chile **2**

Em debate, a internação de dependente a pedido da família **7**

Renan quer acordo para escolha de integrantes da Justiça Eleitoral **3**

especial **Cidadania** Privacidade ainda é ameaçada na internet

Grande quantidade de informações em sistemas digitais permite o rastreamento e o cruzamento de dados e aumenta os riscos à preservação de dados pessoais na internet. Proposta de Marco Civil da Internet, em tramitação na Câmara, ressalta garantia à privacidade e já está em debate no Senado. **4 e 5**

Senado homenageia Allende e vítimas do golpe no Chile

Sessão solene em Plenário lembrou o bombardeio do Palácio de La Moneda, há 40 anos, quando os militares tomaram o poder no país vizinho e instalaram uma ditadura que durou até 1990

EM 11 DE setembro de 1973, bombas atiradas por aviões da Força Aérea chilena destruíram uma das primeiras experiências democráticas de socialismo do mundo, enquanto abriam o caminho para uma ditadura que impôs ao Chile o modelo econômico neoliberal, algo também inédito no planeta. O bombardeio do Palácio de La Moneda e o suicídio do presidente Salvador Allende marcaram o golpe de estado no Chile e são considerados alguns dos momentos mais importantes da Guerra Fria. Allende e as vítimas do golpe, que completa 40 anos, foram homenageados ontem em sessão solene do Senado.

Parlamentares e outros participantes da sessão lamentaram a perseguição política àqueles que se opuseram ao regime militar instituído no Chile naquela data, liderado pelo general Augusto



Embaixador do Chile, Fernando Schmidt fala durante a homenagem do Senado

Pinochet. O governo, acusado de ocultar graves violações aos direitos humanos, foi encerrado apenas em 1990, quando Pinochet entregou o cargo.

Após a execução dos Hinos Nacionais de Brasil e Chile, João Capiberibe (PSB-AP) — que viveu parte do exílio dele no país vizinho no início da década de 70 e vivenciou o golpe — lembrou a trajetória de Allende, primeiro presidente

de República e o primeiro chefe de estado socialista marxista eleito democraticamente na América Latina. Ele governou o Chile entre 1970 e 1973.

— A verdade é que Salvador Allende vai ser lembrado sempre. É um exemplo de político que sacrificou a própria vida a defender os compromissos firmados com a sociedade chilena — disse o senador, um dos requerentes da sessão.

Contrariedade americana com eleição de socialista

A deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) observou que o golpe teve apoio financeiro e militar dos Estados Unidos e da Agência Central de Inteligência (CIA) norte-americana.

— Os Estados Unidos não podiam permitir que o Chile fosse um país autônomo, do qual o povo usufruísse com igualdade — disse.

De acordo com o professor e pesquisador Jacques de Novion, do Centro de Pesquisas sobre as Américas da Universidade de Brasília (UnB), a eleição democrática de Allende foi um marco mais incômodo para os Estados Unidos do que a Revolução Cubana de 1959.

— Se já era inaceitável pensar num processo revolucionário armado, como foi o caso de Cuba, mais inaceitável ainda seria aceitar uma eleição democrática com um projeto socialista.

Após o golpe, disse Novion, o Chile se transformou no principal laboratório do modelo econômico neoliberal na América Latina.

Mais de 3 mil vítimas no governo de Pinochet

O professor da UnB Vicente Faleiros, que viveu no Chile por quase quatro anos na época da ditadura, quando chegou a ser preso, conta que Allende tinha amplo apoio popular, devido à política transformadora que fazia.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu desculpas pelo apoio que a ditadura militar brasileira deu ao golpe que levou Pinochet ao poder. Já o embaixador do Chile no Brasil, Fernando Schmidt, agradeceu pela homenagem e evocou um minuto de silêncio. A estimativa é que mais de 3 mil pessoas tenham morrido ou desaparecido. Para Schmidt, o martírio de Allende representou um passo doloroso que hoje leva os cidadãos a compartilharem a rejeição por toda e qualquer ideia de ditadura.

Também assinaram o requerimento para a sessão: Lídice da Mata (PSB-BA), Clésio Andrade (PMDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Ouvidorias preparam seminário nacional

As Ouvidorias do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União farão no dia 18, na Câmara, o Seminário Nacional das Ouvidorias Legislativas, com o tema “Transparência e controle social: os desafios do Poder Legislativo”.

A ouvidora-geral do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), acredita que o seminário servirá para ouvidores, gestores públicos, servidores e a sociedade civil aprimorarem conhecimentos e trocarem experiências. O evento permitirá a cooperação técnico-científica, a formação de parcerias estratégicas e a definição de diretrizes comuns.



Participarão a ministra do Superior Tribunal de Justiça Eliana Calmon, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) José Múcio Monteiro Filho e Adriana Campos e Breno Barbosa Cerqueira Alves, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais.

Haverá palestras do

secretário-executivo de Desenvolvimento do Modelo de Gestão da Secretaria de Planejamento de Pernambuco, Maurício Cruz; do diretor-executivo da ONG Transparência Brasil, Claudio Weber Abramo; e do presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Antonio Joaquim.

Também estarão presentes os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Alves; o presidente do TCU, Augusto Nardes; o ouvidor-geral da Câmara, Nelson Marquezelli; o ouvidor do TCU, Eduardo Duailibe; e a senadora Lúcia Vânia.

Subcomissão das Terras-Raras aprecia texto e lança *Em Discussão!*

O relatório final da subcomissão formada no Senado para propor o Marco Regulatório da Mineração de Terras-Raras será apresentado hoje por Luiz Henrique (PMDB-SC), para votação imediata. Em seguida, na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) — que abriga a subcomissão —, o **Jornal do Senado** lançará a 17ª edição da revista *Em Discussão!*, cujo tema é a mineração de terras-raras.

A subcomissão, presidida por Anibal Diniz (PT-AC), fez cinco audiências públicas,

ouvindo 24 pessoas — empresários, autoridades e especialistas. O relator defende a integração do setor privado com o poder público para viabilizar investimentos a fim de que o país deixe de ser exportador de commodities minerais para ser fornecedor de produtos com valor agregado.

Uma das recomendações propostas é a eliminação do monopólio público sobre o manuseio de elementos minerais radioativos, o que gerou, segundo ele, a paralisação da atividade.

Comissão de Meio Ambiente debate exploração de minérios no Amazonas

A exploração de minérios no Amazonas será tema de audiência hoje na Comissão de Meio Ambiente (CMA). Representantes do governo federal, do Amazonas e de prefeituras vão debater a exploração dos minérios e o fim dos

garimpos clandestinos. Promovida por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a reunião terá como um dos convidados o superintendente-adjunto do Departamento Nacional de Produção Mineral no estado, João Frederico Cruz.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Operações de crédito

14h Na pauta da sessão deliberativa, medida provisória que abre crédito extraordinário em favor de operações oficiais de crédito, no valor de R\$ 2,9 bilhões.

PRESIDÊNCIA Água para Todos

15h Renan Calheiros participa da assinatura de termos de compromissos do Programa Água para Todos, no Palácio do Planalto. Preside, às 16h, a ordem do dia.

CMA Minérios no Amazonas

8h30 Com a finalidade de discutir a exploração de minérios no Amazonas, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle realiza audiência pública.

CCT Jogo de azar on-line

9h Projeto que tipifica o crime de jogo de azar em rede de computador consta da pauta. Também serão analisados projetos de decreto legislativo autorizando o funcionamento de emissoras de rádio e TV. Depois, votação do relatório final da Subcomissão de Terras-Raras. Às 10h, lançamento da revista *Em Discussão!*.

CCJ Minirreforma eleitoral

9h30 O médico Drauzio Varella participa de audiência sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas. Às 14h, votação, em turno suplementar, de projeto que estabelece normas para as eleições — a minirreforma eleitoral.

CAE Lotéricas

10h Na pauta, regras para contratos entre lotéricas e a Caixa. Às 10h30, debate sobre crescimento sustentado, com Ilan Goldfajn (Itaú-Unibanco); Nilson Teixeira (Credit Suisse) e Octavio de Barros (Bradesco).

CAS Jornada de aeronautas

11h Audiência sobre jornada de aeronautas, com o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Marcelo Ceriotti.

CE Empresas juniores

11h Votação de projeto de lei que disciplina a criação e a organização das empresas juniores.

CPI DA ESPIONAGEM Plano de trabalho

14h30 Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Espionagem para apresentação e análise do plano de trabalho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, audiência pública da Comissão de Meio Ambiente; e, às 11h, reunião da Comissão de Assuntos Sociais. Às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

A Comissão de Constituição e Justiça deve concluir hoje a votação da minirreforma eleitoral e vai examinar amanhã a proposta que estabelece voto aberto em todas as deliberações do Congresso

Comissão analisa reforma eleitoral e voto aberto

COM O OBJETIVO de reduzir gastos de campanha e dar maior igualdade de condições aos candidatos, a minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) deve passar hoje pelo segundo turno de votação na Comissão de Constituição e Justiça do Senado (CCJ). Se for aprovada, seguirá para a análise da Câmara dos Deputados. Para valer nas eleições de 2014, as novas regras precisam do aval de senadores e deputados até o final do mês.

Amanhã, a CCJ volta a se reunir, dessa vez para examinar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que estabelece o voto aberto em todas as deliberações do Congresso, conforme aprovado pela Câmara no dia 3.



Antonio Carlos Rodrigues, Benedito de Lira e Sérgio Souza, relator da PEC 43/2013

O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), reconhece a dificuldade de consenso, já que parte dos senadores rejeita votação aberta para vetos presidenciais e indicação de autoridades.

Souza defende o voto aberto em todas as situações, mas admite a possibilidade de a CCJ aprovar apenas a parte relativa

às votações para cassação de mandato. A análise imediata do trecho é sugestão do presidente do Senado, Renan Calheiros, para dar resposta rápida à sociedade. Os demais casos seriam discutidos posteriormente. A estratégia tem apoio do presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Renan quer entendimento sobre Justiça Eleitoral

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra. A AMB pediu mais tempo para discutir a PEC 31/2013, que muda a forma de escolha dos

juízes dos tribunais regionais eleitorais (TRES). Entre outras medidas, o texto estabelece que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) participe da escolha dos integrantes.

A PEC, de Pedro Taques (PDT-MT), está agendada

para ser votada amanhã na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e amplia de sete para nove os juízes nos TRES, determinando que os dois novos integrantes sejam escolhidos pelo Tribunal Regional Federal (TRF), e não mais pelo tribunal de Justiça estadual.

— Além de não ter estrutura, a Justiça Federal nunca trabalhou com eleições — disse.

Renan disse que não é a hora de colocar em lados opostos juízes federais e estaduais.

— É preciso amadurecer a ideia e tentar um entendimento. Há espaço para negociar uma saída — disse o senador.



Calandra pede a Renan mais tempo para avaliar proposta de emenda à Constituição

Alvaro sugere à OAB que lute contra negócios na política

Alvaro Dias (PSDB-PR) defendeu ontem uma reforma urgente no sistema político — atualmente, segundo ele, baseado em fisiologismo. Ele relatou reunião com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), em que sugeriu à entidade que combata o sistema político vigente no país, que estabelece “um padrão de relacionamento desonesto do Poder Executivo com o Legislativo”.

— Não podemos nos conformar com essa tese de que o balcão existe em nome da governabilidade. O Brasil está patinando economicamente — disse.

Para o senador, os “desvios monumentais” de recursos públicos, avaliados em R\$ 500 bilhões ao ano pela Fiesp, são consequência de um modelo de corrupção implantado na União e transplantado para estados e municípios.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Amorim apoia PEC que fortalece Defensoria Pública

Eduardo Amorim (PSC-SE) defendeu a PEC 247/2013, na Câmara, que visa fortalecer a Defensoria Pública fixando prazo de oito anos para União, estados e o Distrito Federal terem defensores públicos em todas as comarcas. Amorim disse que o acesso à Justiça é um direito fundamental e que cada comarca deveria ter, além de juiz e promotor de Justiça, pelo menos um defensor público.

Segundo o *Mapa da Defensoria Pública no Brasil*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), citado pelo senador, 28% das 2.680 comarcas do país não possuem defensor público. Em todo o país, explicou Amorim, o déficit é de mais de 10 mil defensores públicos, sendo os estados com maior déficit São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná.



Moreira Maniz/Agência Senado

Capiberibe cobra agilidade contra corruptos no Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) destacou o esforço do governador Camilo Capiberibe, filho dele, para reorganizar o Amapá, apesar dos “vícios profundos” deixados pela administração anterior. Ele cobrou da Justiça agilidade nos processos contra autoridades que, afirmou, desviaram fortunas dos cofres amapaenses:

O senador lembrou que, em 2010, a Polícia Federal prendeu várias autoridades do estado na Operação Mãos Limpas, mas considera que os resultados da operação ainda são pouco conhecidos no resto do país. Segundo dados da Polícia Federal apresentados pelo senador, a quadrilha desviou em torno de R\$ 2 bilhões ao longo de oito anos, deixando claro que “uma parcela significativa desse dinheiro era da saúde da população”.



Moreira Maniz/Agência Senado

Suplicy pede voto de pesar pela morte de suplente

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu voto de pesar pela morte, na quinta-feira, do primeiro-suplente dele, o professor Carlos Ramiro de Castro. Ex-presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), Carlão, como era conhecido, morreu aos 64 anos em consequência de diabetes.

O senador apresentou condolências à viúva, Márcia Cristina, e aos filhos de Carlão, a quem disse conhecer desde a década de 80, quando o professor ingressou no PT. Ao longo da carreira, Carlão foi também secretário-geral e vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), assessor do Ministério da Educação e um dos idealizadores do Conselho de Política e Remuneração do Funcionalismo Público Estadual.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Parlasul fará primeira sessão do ano em 11 de novembro

Está programada para 11 de novembro, em Montevidéu, a primeira sessão deste ano do Parlamento do Mercosul (Parlasul). A decisão foi tomada ontem na capital uruguaia, durante reunião da Mesa Diretora do órgão legislativo regional, da qual participaram Roberto Requião (PMDB-PR) e o deputado Newton Lima (PT-SP), novo presidente da Representação Brasileira.

No mesmo dia deverá haver uma sessão preparatória e uma sessão ordinária, com a presença dos cinco países que agora integram o Mercosul: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela. O Paraguai foi readmitido no bloco após a eleição do novo presidente, Horacio Cartes.

O Paraguai é o único dos países do Mercosul que já elege diretamente os representantes no órgão legislativo

regional. Os demais países ainda apontam os representantes entre deputados e senadores. Segundo acordo firmado há três anos, os países deveriam eleger diretamente os representantes até 31 de dezembro de 2014.

O primeiro item da pauta da reunião da Mesa Diretora foi justamente a dificuldade dos demais países do Mercosul — Argentina, Brasil, Uruguai e Venezuela — de promover as eleições até o fim de 2014.



Requião participou da reunião que definiu a data da primeira sessão

Projeto de Requião regulamenta eleições para representantes no Parlamento do Mercosul

Roberto Requião (PMDB-PR) protocolou dia 4 projeto que regulamenta as eleições dos representantes brasileiros no Parlasul. O PLS 358/2013 foi encaminhado para análise da Representação Brasileira no Parlasul e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde irá a votação final. Requião quer que o projeto seja aprovado ainda este mês, para que a primeira eleição de representantes brasileiros para o Parlasul seja feita com as eleições de 2014.

Pela proposta, o Brasil elegerá 74 membros para o Parlasul, que terão as mesmas

prerrogativas e remunerações de um deputado federal. A eleição será simultânea às eleições para deputados federais e os parlamentares do Mercosul terão mandato de quatro anos.

Bancadas

Número de eleitos é proporcional à população de cada estado

•DF-AC-AP-MS-RO-RR-SE-TO-	1
•AL-AM-ES-MT-PB-PI-RN-	2
•CE-GO-MA-PA-PE-SC-	3
•PR-RS-	4
•BA-	5
•MG-RJ-	6
•SP-	9

Número crescente de internautas e diversificação de serviços ampliam as ameaças à privacidade dos usuários, sujeitos a diversas modalidades de rastreamento, análise e cruzamento de informações e ainda desamparados por legislação específica

Uso da internet requer cautela

André Falcão

A INTERNET ESTÁ cada vez mais presente na vida dos brasileiros. De acordo com estimativas do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), 50% da população do país já tem acesso à internet em 2013. Para a maior parte desses usuários, ficou difícil imaginar o dia a dia sem as facilidades e as oportunidades trazidas pelos serviços de internet, como fazer transações bancárias, enviar declarações de imposto, ler notícias, fazer compras diversas, ver a programação do cinema, encontrar um restaurante, fazer pesquisas escolares, jogar, se comunicar com amigos e familiares, entre tantas outras.

O mesmo se dá com relação às instituições públicas, que vêm tirando proveito da internet para dar mais transparência aos processos de gestão e aumentar a participação do cidadão na vida pública, a exemplo do Portal e-Cidadania, do Senado Federal.

O crescimento da internet, no entanto, traz consigo o aumento dos riscos à segurança e à privacidade inerentes à configuração da rede mundial. Computadores pessoais ou grandes redes corporativas podem ser alvo de ataques maliciosos com diversas origens e finalidades (veja quadro ao lado).

Cristine Hoepers, gerente de Segurança do Centro de



Mesmo no ambiente virtual, os riscos são concretos e o usuário deve manter os cuidados da vida real com as informações pessoais

Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Cert.br), ligado ao CGI.br, lembra que um usuário de internet que venha a ter o computador comprometido pode enfrentar problemas como invasão de privacidade, furto de identidade, vazamento de informações, perda de dados e perdas financeiras.

O comitê gestor elaborou uma cartilha, disponível no site da instituição (veja o Saiba Mais), contendo as principais ameaças ao usuário de internet e sugestões de medidas para preservar a segurança e a privacidade.

Um dos conceitos apresentados na cartilha é que o principal risco no uso da rede é acreditar que não há riscos ou supor que o próprio computador não desperta interesse de ações

maliciosas ou criminosas. Os atacantes procuram ter acesso a grandes quantidades de computadores e fazem varreduras na rede para localizar qualquer um vulnerável.

— O computador comprometido pode ser usado para atividades como disseminar spam (mensagens de e-mail não solicitadas), aplicar golpes em outros usuários, servir de repositório para dados fraudulentos e ainda infectar, invadir e atacar outros computadores — explica Cristine Hoepers.

Segundo orientações dos especialistas do CGI.br, é importante que o usuário tenha as mesmas preocupações e precauções que toma na vida real, como escolher lojas confiáveis para comprar, não repassar informações a estranhos e não expor informações sensíveis,

como senhas de banco ou números de cartões de crédito.

Uso de dados

Mas se as medidas pessoais podem aumentar a segurança do usuário, há outras ameaças que fogem ao seu controle e que estão sendo tratadas na elaboração de um marco regulatório específico para a internet (veja matéria abaixo).

Em 2012, o CGI.br editou uma resolução em que declara que alguns sistemas de monitoramento utilizados por provedores prejudicam a privacidade do internauta e violam princípios para governança e uso da internet no Brasil. A finalidade é oferecer publicidade dirigida aos interesses do usuário, avaliado pelos assuntos que ele procura ao navegar.

O monitoramento, no entanto,

nem sempre é apresentado de forma clara ao internauta. Já a oferta de conteúdo personalizada pode criar problemas principalmente em computadores utilizados por adultos e crianças, pois os menores podem ser expostos a conteúdos impróprios.

Além dos provedores, os sites que coletam informações de uso para oferecer funcionalidades como carrinhos de compra e listas de produtos em sites de comércio eletrônico podem compartilhar indevidamente essas informações com outros sites, construindo um perfil de consumo do usuário.

A proposta de marco regulatório da internet (veja matéria abaixo), construída a partir da resolução do CGI.br, traz a preservação à privacidade como um dos pilares. Isso estaria de acordo com a necessidade de o indivíduo manter o controle sobre as informações que lhe dizem respeito, seja para proteger a vida íntima, seja para evitar o uso não consentido de dados por terceiros ou ainda para se proteger de vigilância indevida por instituições privadas ou pelo próprio Estado.

O debate sobre a regulamentação da internet se tornou mais urgente depois da revelação de práticas de espionagem eletrônica feita pelos Estados Unidos no Brasil, o que motivou a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o tema (veja matéria ao lado).

Aumento da segurança não depende só da lei, diz analista

Os dispositivos contidos na proposta de Marco Civil da Internet podem evidenciar limites na área da privacidade, que hoje são muito difusos, o que gera uma tensão no que pode ou não ser feito por empresas ou governos.

Miriam von Zuben, analista de segurança do Cert.br, pondera que o aumento da segurança na internet envolve tecnologias e processos. Segundo ela, é importante ter ferramentas adequadas para lidar com ataques do mesmo modo que é necessário considerar que as relações na internet não são diferentes daquelas feitas em outros meios.

— Pode ser que venham a existir casos em que condutas que só ocorrem via internet venham a ser definidas [como ilícitos penais], mas o que mais observamos atualmente são casos de furto, estelionato, escuta telemática, calúnia, difamação etc — afirma a analista.

Miriam avalia, de acordo com os incidentes acompanhados pelo Cert.br, que o aumento da segurança está mais relacionado ao incremento na formação de pessoal especializado em tecnologias de redes e desenvolvimento de software, do que na criminalização de condutas.

Principais riscos

Cartilha do Comitê Gestor da Internet identifica as principais ameaças a que os internautas estão sujeitos

- ▶ **Acesso a conteúdos impróprios ou ofensivos:** ao navegar, você pode se deparar com páginas que contenham pornografia, que atentem contra a honra ou que incitem o ódio e o racismo.
- ▶ **Contato com pessoas mal-intencionadas:** existem pessoas que se aproveitam da falsa sensação de anonimato da internet para aplicar golpes, tentar se passar por outras pessoas e cometer crimes como estelionato, pornografia infantil e sequestro.
- ▶ **Furto de identidade:** assim como você pode ter contato direto com impostores, também pode ocorrer de alguém tentar se passar por você e executar ações em seu nome, levando outras pessoas a acreditarem que estão se relacionando com você e colocando em risco a sua imagem ou reputação.
- ▶ **Furto e perda de dados:** os dados presentes em seus equipamentos conectados à internet podem ser furtados e apagados, pela ação de ladrões, atacantes e códigos maliciosos.
- ▶ **Invasão de privacidade:** a divulgação de informações pessoais pode comprometer a sua privacidade, de seus amigos e familiares e, mesmo que você restrinja o acesso, não há como controlar que elas não serão repassadas. Além disso, os sites costumam ter políticas próprias de privacidade e podem alterá-las sem aviso prévio, tornando público aquilo que antes era privado.
- ▶ **Divulgação de boatos:** as informações na internet podem se propagar rapidamente e atingir um grande número de pessoas em curto período de tempo. Enquanto isso pode ser desejável em certos casos, também pode ser usado para a divulgação de informações falsas, que podem gerar pânico e prejudicar pessoas e empresas.
- ▶ **Dificuldade de exclusão:** aquilo que é divulgado na internet nem sempre pode ser totalmente excluído ou ter o acesso controlado. Uma opinião dada em um momento de impulso pode ficar acessível por tempo indeterminado e pode, de alguma forma, ser usada contra você e acessada por diferentes pessoas, desde seus familiares até seus chefes.
- ▶ **Dificuldade de detectar e expressar sentimentos:** quando você se comunica via internet, não há como observar as expressões faciais ou o tom da voz das outras pessoas, assim como elas não podem observar você (a não ser que vocês estejam utilizando webcams e microfones). Isso pode dificultar a percepção do risco, gerar mal-entendido e interpretação dúbia.
- ▶ **Dificuldade de manter sigilo:** no seu dia a dia, é possível ter uma conversa confidencial com alguém e tomar cuidados para que ninguém mais tenha acesso ao que está sendo dito. Na internet, caso não sejam tomados os devidos cuidados, as informações podem trafegar ou ficar armazenadas de forma que outras pessoas tenham acesso ao conteúdo.
- ▶ **Uso excessivo:** o uso desmedido da internet, assim como de outras tecnologias, pode colocar em risco a sua saúde física, diminuir a sua produtividade e afetar a sua vida social ou profissional.
- ▶ **Plágio e violação de direitos autorais:** a cópia, alteração ou distribuição não autorizada de conteúdos e materiais protegidos pode contrariar a Lei de Direitos Autorais e resultar em problemas jurídicos e em perdas financeiras.

Fonte: cartilha CGI.br

Saiba mais

Cartilha de Segurança para Internet
<http://cartilha.cert.br>

Uso seguro da Internet
<http://www.internetsegura.br>

Projeto de Marco Civil da Internet
<http://bit.ly/PL2126>

Orientações para notificação de incidentes
<http://bit.ly/FAQnotificacao>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Proposta de Marco Civil da Internet já está em debate no Senado

Antes mesmo de receber o projeto da Câmara dos Deputados, o Senado iniciou o debate sobre o Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011). A Comissão de Ciência e Tecnologia realizou duas audiências nas últimas semanas e ouviu opiniões de especialistas, de representantes do governo e das empresas de telecomunicação e de tecnologia a respeito do projeto que estabelece os direitos e deveres básicos dos internautas. O autor do requerimento para os debates foi Vital do Rêgo (PMDB-PE).

O PL 2.126/2011 teve como base o documento *Princípios para a Governança e o Uso da Internet*, do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), que passou por consulta pública entre 2009 e 2010. Na Câmara, o projeto foi tema de vários debates e chegou a receber mais de 2 mil sugestões de emendas populares, de acordo com o relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ). O projeto de Marco Civil da



Vital do Rêgo (D) foi o autor do requerimento que antecipou o debate do Marco Civil da Internet na Comissão de Ciência e Tecnologia

Internet reconhece que o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania e estabelece que a disciplina do uso da rede não pode ser fornecida a terceiros, exceto com prévio consentimento do usuário.

Os pontos mais polêmicos do texto são os que estabelecem deveres para as empresas que lidam com internet. O princípio da neutralidade da rede obriga o tratamento isonômico de qualquer pacote de dados, sem distinção por conteúdo, origem

e destino, serviço ou aplicativo, proibindo discriminar ou degradar o tráfego em decorrência disso. Operadoras de telefonia celular alegam que isso prejudica o modelo de negócios: muitas delas vendem pacotes de tráfego de dados que permitem o acesso somente a sites e serviços específicos, como e-mail e redes sociais, bloqueando o acesso a páginas em geral.

Na audiência da CCT de 28 de agosto, o professor Carlos

Afonso Pereira de Souza, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), ponderou que a inteligência da rede mundial de computadores está “nas pontas”, em quem cria e em quem consome conteúdos. Para ele, qualquer tipo de bloqueio no tráfego gera impactos negativos nessa inteligência, pois afeta a usabilidade da rede, a escolha do consumidor, a geração de conhecimento e a inovação. Ele ressaltou também que a neutralidade da rede tem a ver com privacidade e liberdade de expressão:

— Se começo a discriminar o tráfego da rede, preciso monitorá-lo — disse.

Na mesma audiência, o diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko, elogiou o projeto por contextualizar o conceito de privacidade, estabelecendo critérios sobre que dados provedores e sites podem armazenar.

Espionagem na Petrobras gera reação

As denúncias de que a Petrobras teria sido alvo de espionagem dos Estados Unidos repercutiram ontem no Senado. Após reportagem do programa *Fantástico*, da TV Globo, que apontou a empresa brasileira como um dos alvos das interceptações, senadores foram ao Plenário pedir o cancelamento do leilão para exploração de petróleo no Campo de Libra, localizado na camada de pré-sal na Bacia de Santos (SP), marcado para 21 de outubro.

— É muito provável que a espionagem tenha recolhido informações estratégicas sobre esse campo, informações que outras empresas não têm e que apenas as empresas americanas teriam — destacou Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Na mesma linha, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o leilão está sob suspeita e pediu à presidente da República, Dilma Rousseff, a suspensão imediata do processo. O senador disse que o PSOL estuda recorrer ao Supremo Tribunal Federal



Rodrigo Rollemberg sugere vetar empresas norte-americanas em leilão



Vanessa Grazziotin defende adiamento do leilão caso haja insegurança

com o objetivo de cancelar o leilão.

— Já está viado. É um leilão de cartas marcadas. Não há como ele ser realizado — afirmou o senador, que apontou “latente interesse econômico” na questão.

Pedro Simon (PMDB-RS) também disse considerar “prudente” o adiamento. Ele lembrou que os termos do edital já vinham sendo criticados por especialistas mesmo antes da denúncia de espionagem. Resaltou o fato de que o potencial

CPI deve ouvir jornalista Glenn Greenwald

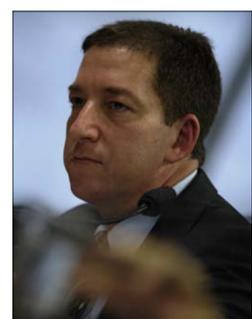
A presidente da CPI da Espionagem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse ontem que o jornalista norte-americano Glenn Greenwald deverá ser um dos primeiros a serem ouvidos pela comissão, cujo plano de trabalho será definido às 14h30.

A senadora não descartou a hipótese de integrantes da CPI irem a Rússia para ouvir o técnico de informática norte-americano Edward Snowden, autor das denúncias de espionagem feita pelo governo dos Estados Unidos, que motivaram a CPI. A oitiva, no entanto, depende de autorização do governo russo.

— Desde já a gente deve fazer essa solicitação [ao governo russo] — afirmou, lembrando que o Senado se manifestou pela concessão de asilo a Snowden. Vanessa disse que a CPI deve pedir a Glenn Greenwald todos os documentos que lhe foram repassados por Snowden. Ela disse que o Brasil deve ter cuidado com a segurança jurídica de Greenwald, que mora no Brasil, mas é cidadão norte-americano. — Até agora, ele não é

procurado pela Justiça americana porque não cometeu nenhum crime. É um jornalista que não está fazendo nada mais do que divulgar as informações que tem. A gente percebe que ele é uma pessoa muito séria, que sabe que o que está fazendo pode ser muito bom não só para o Brasil, mas para o mundo inteiro, além de provocar transformações profundas nas relações entre os países — afirmou.

Vanessa disse que os diretores das empresas de telecomuni-



Comissão deve requerer documentos ao jornalista Glenn Greenwald

do Campo de Libra, entre 8 bilhões e 12 bilhões de barris, desperta “a atenção e a cobiça” de empresas de vários países. Para ele, empresas norte-americanas poderiam ser favorecidas com a espionagem sobre a Petrobras. — Isso é realmente dramático. O que está parecendo é que a espionagem do governo é usada como pirataria, inclusive para favorecer as empresas americanas — afirmou.

Presidente da CPI da Espionagem, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) falou sobre a insegurança gerada pelas denúncias e frisou que não é possível manter o leilão, a não ser que haja “absoluta certeza” de que os dados não foram vazados.

Ela leu nota enviada à produção da TV Globo pelo diretor nacional de Inteligência dos Estados Unidos, James Clapper, na qual ele afirma que “não é segredo” a coleta de informações que sirvam aos Estados Unidos e seus aliados como “alerta precoce” sobre problemas financeiros de repercussão mundial.

cação serão ouvidos pela CPI, que deve também procurar documentos sobre a participação delas na interceptação de conversas telefônicas. Ela propõe que o Brasil se associe a outros países para desvendar “o conjunto dessa operação [de espionagem], que é muito grave”.

A senadora qualificou como absurda a nota divulgada pelo governo dos Estados Unidos justificando a espionagem sobre a Petrobras como uma atividade necessária para antecipar crises financeiras internacionais. Ela disse ainda que, caso não haja “explicações contundentes” por parte dos Estados Unidos, a presidente Dilma Rousseff deve cancelar a viagem programada para outubro. Ela afirmou que as autoridades americanas não negaram a espionagem, mas, pelo contrário, a admitiram.

— Entretanto, não deram explicações que esperamos e por uma simples razão: não há nada que justifique a forma como o governo americano age contra o Brasil e contra vários outros países do mundo — afirmou.

Pesquisadora adverte que crianças induzidas pelo pai ou pela mãe a romper laços com o outro genitor estão mais sujeitas a uso de álcool

Guarda compartilhada protege a criança, afirmam especialistas

VÍTIMAS DE ALIENAÇÃO parental — quando o pai ou a mãe afasta a criança do outro, rompendo laços de afetividade — são mais propensas ao uso de álcool e de drogas e a distúrbios psicológicos. A análise foi feita ontem pela pesquisadora Esmeralda Roberto de Sousa Lima, em audiência da Comissão de Direitos Humanos, presidida por Paulo Paim (PT-RS).

— Trata-se de um mal silencioso nas relações familiares. Geralmente, quem pratica já foi vítima e apresenta ciúme doentio, personalidade perversa e distúrbio de comportamento — disse a especialista.

Os debatedores explicaram que a alienação parental não acontece apenas com casais separados, mas defenderam a guarda compartilhada como forma de evitar o problema.

Para a presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família no Rio Grande do Sul, Delma Silveira Ibias, a divisão de responsabilidades ajudaria no equilíbrio da relação.

— Na maioria dos casos, a alienadora é a mãe. E o

problema pode começar antes mesmo do parto e aflora na separação. Muitas vezes a alienação é inconsciente, e o responsável nem sempre tem a noção do prejuízo que está causando à criança.

A Lei 12.318/2010, que descreve condutas e prevê punições para alienação parental, completou três anos em 26 de agosto. Entre as atitudes previstas, estão dificultar o contato da criança com o genitor, desqualificar a conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade,

apresentar falsa denúncia contra o genitor e mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares ou com avós.

Audiências anuais

Pela lei, uma vez constatados os atos típicos da alienação parental, entre outras providências, o juiz poderá estipular multa ao alienador, determinar acompanhamento psicológico da

família, declarar a suspensão da autoridade parental e até mesmo determinar a inversão da guarda.

Diante da importância do assunto e da necessidade de popularizar a Lei 12.318/2010, Paim comprometeu-se a fazer pelo menos uma audiência pública sobre o assunto a cada ano. A reunião de ontem contou com ampla participação do público, que pôde enviar dúvidas e sugestões pelo Portal e-Cidadania, pelo Facebook, pelo Twitter e pelo Alô Senado (0800 612211).



Em debate de especialistas coordenado por Paim (3º à esq.), Esmeralda (E) diz que a alienação parental é um mal silencioso

Direitos de pessoas com deficiência serão tema de audiência pública

Os desafios e as conquistas das pessoas com deficiência serão tema de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A iniciativa, aprovada em reunião na semana passada, partiu de Paulo Paim (PT-RS) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

A reunião será em 16 de setembro, próxima segunda-feira, quando tem início a Semana Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência.

Na opinião de Ângela Portela (PT-RR), será uma chance de os parlamentares refletirem com a sociedade a respeito da necessidade de implementação de mais e melhores políticas públi-

cas voltadas para o setor. A senadora lembrou que 23% da população brasileira, ou cerca de 45 milhões de pessoas, têm algum tipo de deficiência.

Na mesma reunião, a CDH aprovou a realização de outras audiências públicas, quando diversos temas estarão em debate, como a contratação de médicos cubanos pelo governo brasileiro, o extermínio de jovens negros no Brasil, a violação de direitos no processo de extração de minério no Pará, o empenho dos poderes públicos em relação aos acidentes de trabalho no país e o aleitamento materno e os cuidados a serem garantidos a crianças de até 24 meses.

Comissão discute a ampliação de jornada de trabalho para aeronautas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove debate hoje, às 11h, sobre projeto de Blairo Maggi (PR-MT) que prevê a flexibilização da jornada de trabalho do aeronauta (PLS 434/2011).

Segundo o senador, a ideia é atualizar a legislação, aproximando-a do padrão adotado na União Europeia. As medidas incluem a ampliação da jornada mensal e das horas de voo dos aeronautas e o fim das restrições para pouso.

Segundo Blairo, a ampliação não representa um risco à segurança dos voos, pois seria estabelecido um limite mais estrito para viagens noturnas e aumentada a quantidade de folgas mensais.

Participam do encontro, entre outros, o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Marcelo Ceriotti; o superintendente do Sindicato Nacional das Empresas de Táxi Aéreo (Sneta), Fernando Alberto dos Santos; e o presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho, Rafael Lara Martins.



Blairo Maggi propõe tornar lei atual mais próxima à da União Europeia

Projeto obriga assistência dental para pacientes internados

Pacientes internados em hospitais ou em casa, assim como portadores de doenças crônicas, deverão receber assistência odontológica, segundo projeto que amanhã vai a votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Pelo PLC 34/2013, do ex-deputado Neilton Mulim, hospitais públicos e privados de médio e grande porte serão obrigados a manter profissionais de odontologia para esses pacientes.

O relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), lembra que principalmente pacientes em unidades de terapia intensiva (UTIs), que ficam muito tempo incapacitados de fazer a higiene bucal, precisam de cuidados odontológicos para evitar infecções orais e respiratórias, inclusive pneumonia.

A Constituição, disse Souza, prevê integralidade na assistência à saúde, e isso deve ser observado no Sistema Único de Saúde (SUS). A Lei Orgânica da Saúde, que instituiu o SUS (Lei 8.080/1990), afirma que é atribuição do sistema a execução de ações de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

Também deve ir a votação final na CAS o PLS 241/2012, de Jorge Viana (PT-AC), que obriga fabricantes de medicamentos de uso contínuo a avisarem na embalagem, com seis meses de antecedência, o encerramento da produção.

Segundo Viana, grandes laboratórios não podem fazer escolhas econômicas que impliquem desabastecimento do mercado.

O projeto também obriga a empresa produtora de medicamentos de uso contínuo a fornecer mensalmente ao mercado quantidade do produto igual ou superior à média de vendas dos três meses anteriores. No entanto, a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), entende que isso poderia inibir a liberdade e a competição.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Cícero cobra medidas para mitigar efeitos da seca na Paraíba



Moreira Matiz/Agência Senado

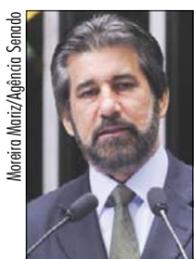
Cícero Lucena (PSDB-PB) disse esperar que o governo federal divulgue hoje, durante o lançamento

do Programa Água para Todos, “medidas concretas e sérias” para mitigar os problemas causados pela seca em seu estado. O senador informou que a Paraíba perdeu 40% do rebanho este ano, devido à seca, e muitos açudes estão com menos de 20% da capacidade.

— A convivência com a seca passa por obras estruturantes, novas tecnologias e apoio dos governantes — afirmou ontem, em pronunciamento.

Cícero lamentou que poucos artesãos estejam sem manutenção ou sem instrumentos para funcionar e protestou contra o fechamento de armazéns da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Relator da Medida Provisória 623/2013, que trata do endividamento dos agricultores do semiárido, ele disse que realizará audiências públicas sobre o assunto.

Raupp lembra Dia do Administrador e pede piso para a categoria



Moreira Matiz/Agência Senado

Valdir Raupp (PMDB-RO) prestou ontem homenagem aos administradores. O dia 9 de setem-

bro é dedicado a eles, porque nessa data, em 1965, foi promulgada a lei que dispõe sobre o exercício da profissão. Para o senador, a administração é uma atividade rica, instigante e essencial ao desenvolvimento do país.

— Orgulho-me da minha condição de administrador de empresas — declarou.

Raupp disse que o curso de Administração é uma excelente opção para os jovens e que está entre os mais procurados do país, ao lado de Direito, Pedagogia e Engenharia. O senador registrou que em 1990 havia 350 cursos de Administração no Brasil. Hoje, são mais de 2.300.

Valdir Raupp aproveitou para pedir à Câmara a aprovação do Projeto de Lei 6.954/2010, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), que estabelece o piso salarial da categoria.

Comissão debate internação involuntária de viciados

Especialistas discutem hoje, no Senado, projeto de lei que altera as normas para internação de dependente químico a pedido da família e aumenta a pena para chefes de organização criminosa

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) promove hoje debate para orientar a votação de projeto de lei da Câmara (PLC 37/2013) que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). A proposta estabelece novo regimento para questões como a internação involuntária de usuários de drogas e a ampliação da pena para traficantes.

Entre os 12 convidados, estão o secretário nacional de Políticas sobre Drogas, Vitore Maximiano; o médico Drauzio Varella; o deputado Givaldo Carimbão (PSB-AL), autor do substitutivo ao projeto; e o presidente da Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas, padre Haroldo Rahm.

A maior polêmica do PLC 37/2013 gira em torno da internação involuntária de dependentes químicos. Ficou estabelecido que a medida deverá ocorrer a pedido da família ou de responsável legal, dependendo de avaliação médica sobre o tipo de droga consumida, o padrão de uso pelo paciente e a comprovação



Agentes tentam convencer viciados a se internar: projeto em análise é polêmico

da impossibilidade de recorrer a outras opções terapêuticas.

O substitutivo da Câmara também priorizou o tratamento ambulatorial dos usuários e limitou a duração da internação compulsória a 90 dias. Outra exigência é que as internações e altas sejam informadas ao Ministério Público, à Defensoria Pública e a outros órgãos de fiscalização do Sisnad no prazo de 72 horas. Os dados do processo correrão em sigilo.

O texto estabeleceu também aumento da pena mínima para traficante no comando de organização criminosa. A punição, segundo a proposta, vai passar de 5 para 8 anos de reclusão,

podendo chegar a 15 anos.

Na tentativa de evitar a aplicação da pena de tráfico a usuários, o substitutivo inseriu um atenuante na Lei do Sisnad (Lei 11.343/2006) determinando que, se o volume de drogas apreendido caracterizar menor potencial lesivo da conduta, a pena deverá ser reduzida de um sexto para dois terços.

O debate sobre o projeto foi solicitado pelos senadores Humberto Costa (PT-PE), Wellington Dias (PT-PI) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da proposta na CCJ. A matéria ainda vai ser examinada por quatro comissões do Senado.

Escolas públicas podem ser obrigadas a ter biblioteca

A Comissão de Educação (CE) deve concluir hoje a votação do projeto que obriga a criação e a manutenção de bibliotecas em todas as escolas públicas da educação básica federal, estadual e municipal. Além disso, a proposta exige a contratação de bibliotecários.

O relator do texto (PLC 28/2012), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), disse que as bibliotecas escolares auxiliam no aprendizado, na consolidação do conhecimento e no exercício da cidadania.

Segundo Cássio, a questão também é social, já que, para muitos alunos de escola pública, a biblioteca é um dos poucos meios de contato com a leitura fora da sala de aula.

O senador apresentou



Relator do projeto, Cássio quer estender medida a colégios privados

substitutivo ao projeto do deputado Sandes Júnior (PP-GO) para que a medida alcance as escolas particulares. O prazo para a proposta entrar em vigor passa para três anos a partir da publicação da lei, e não cinco, como previa o texto original.

Como foi aprovado substitutivo, o texto será analisado em turno suplementar. Em seguida, volta para a Câmara.

Fies

Projeto que incentiva a qualificação profissional dos beneficiários do Fundo de Financiamento do Ensino Superior (Fies) que não estejam no mercado de trabalho (PLS 9/2010) também poderá ser votado, em decisão terminativa, na CE. A proposta, de Renan Calheiros (PMDB-AL), sugere que a União estimule convênios com estados e municípios para qualificar os profissionais.

O texto prevê o abatimento de 1% do saldo devedor por mês de participação em programa de qualificação.

Renan quer preservar recursos para Apaes

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assinalou sexta-feira que é contra qualquer limitação no repasse de verbas para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais.

— Os recursos para as Apaes, que fazem um trabalho de excelência, precisam ser preservados — afirmou o senador, que defendeu a permanência das escolas especiais, com financiamento do Fundeb.

Para a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Fenapaes), o problema está no Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012), em debate no Senado, que determina a universalização do ensino para estudantes com deficiência, transtornos de desenvolvimento ou superdotados. Segundo a Fenapaes, isso pode acarretar no fim do ensino

especial nas escolas públicas.

A proteção às pessoas com deficiência tem sido uma das principais bandeiras da atuação parlamentar de Renan Calheiros.

Como presidente do Senado, ele criou a 1ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, em 2005, além de adotar medidas para adaptar a estrutura física do Senado aos padrões de acessibilidade.

Wellington Dias comemora sanção da Lei dos Royalties

O senador Wellington Dias (PT-PI) comemorou a sanção, sem vetos, ontem, da lei que assegura mais dinheiro para educação e saúde. O projeto (PLC 41/2013), aprovado pelo Senado, garante que 75% dos royalties do petróleo vão para a educação e 25% para a saúde. A norma também prevê que 50% dos recursos do Fundo Social sejam destinados às duas áreas.



Waldemir Barraty/Agência Senado

De acordo com o senador, ao sancionar a lei, a presidente Dilma Rousseff abre uma possibilidade de o Brasil dar conta de duas grandes cobranças na história do país: a melhoria da educação e da saúde.

Wellington defendeu a escola de tempo integral e a ampliação da rede técnica de ensino como algumas das medidas necessárias para melhorar a educação no Brasil. Segundo o senador, somente a educação de qualidade poderá promover a igualdade. (Com informações da Agência Câmara)

Suplicy lê artigo de Drauzio Varella sobre Mais Médicos

Eduardo Suplicy (PT-SP) leu ontem artigo em que o médico Drauzio Varella critica tanto a postura de colegas contra a vinda de estrangeiros pelo Programa Mais Médicos quanto a “esperteza” do governo de tomar a iniciativa para responder às manifestações.

“De um lado, as associações médicas cobrando a revalidação dos diplomas obtidos no exterior; de outro, o governo que apresenta o programa como a salvação da pátria. No meio desse fogo cruzado, com estilhaços de corporativismo, demagogia, esperteza política e agressividade contra os recém-chegados, estão os usuários do SUS”, diz Varella, que considera melhor um médico com formação medíocre e boa vontade que nenhum médico ou médicos sem vontade. Sobre o governo, vê a implementação apressada como “demagogia eleitoreira, em sua expressão mais rasa”. Para Suplicy, o médico traz ponderação de quem conhece muito a área.

— Tenho convicção de que o Brasil está para dar um salto de qualidade na área da saúde — disse o senador.

Parâmetros de distância para cobrança de tarifa local na região terão de ser pelo menos três vezes maiores que no resto do país, segundo texto

Projeto amplia número de telefones públicos na área da Amazônia Legal

A COMISSÃO DE Ciência e Tecnologia (CCT) examina hoje 18 itens, entre eles o projeto de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que estabelece obrigações de universalização de serviços de telecomunicações na Amazônia Legal (PLS 250/2011). O relator, José Agripino (DEM-RN), apresentou voto favorável. Ele explica que a proposta — que tramita em caráter terminativo — possibilitará que cada município da Amazônia Legal tenha pelo menos seis telefones públicos para cada mil habitantes.

Pelo projeto, que altera a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), a densidade de terminais de acesso coletivo será pelo menos 50% maior do que a prevista para as localidades das demais regiões do país. O projeto determina também que os parâmetros de distância utilizados na marcação das áreas de tarifação básica, dentro das quais as concessionárias são obrigadas a prestar o serviço



Texto de Flexa Ribeiro (E) será votado hoje pela comissão que tem Anibal Diniz (D) como um dos integrantes

com a tarifa local, sem ônus adicionais para o usuário, serão, no mínimo, três vezes superiores aos adotados para as localidades das demais regiões.

Segundo Agripino, ampliar em três vezes os parâmetros de distância que atualmente determinam as áreas de tarifação básica é medida bastante razoável, tendo em vista as dimensões dos municípios que compõem a região.

O texto estabelece ainda

que o atendimento às metas específicas para a região terá prioridade na distribuição de recursos públicos e veda que as obrigações de universalização dirigidas à Amazônia Legal sejam suprimidas, reduzidas ou substituídas para atender outras regiões.

Radiodifusão

A pauta de hoje na CCT inclui ainda a análise de 13 projetos de decreto legislativo (PDL)

que outorgam ou renovam concessões, autorizações e permissões de serviços de radiodifusão nas cidades de Porto Alegre, Santo Ângelo, São Jerônimo e Candelária, no Rio Grande do Sul; Belo Horizonte, Conselheiro Lafaiete e Bom Jesus da Penha, em Minas Gerais; Arataca e Caravelas, na Bahia; Passagem Franca do Piauí e Vila Nova do Piauí, no Piauí; e Palmeira dos Índios, em Alagoas.

Audiência pública debate amanhã controle aéreo

A Comissão de Infraestrutura (CI) vai debater amanhã o gerenciamento, a modernização e a ampliação da aviação civil. O tema principal será o controle do espaço aéreo e as operações de aeroportos.

Estão convidados para a audiência pública o brigadeiro do ar José Alves Candez Neto, chefe do Subdepartamento de Operações do Departamento de Controle do Espaço Aéreo; o comandante Ronaldo Jenkins, diretor da Associação das Empresas de Aviação Regular; o diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional



Controladores de tráfego aéreo: Comissão de Infraestrutura discute atividade

de Aviação Civil (Anac), Carlos Eduardo Pellegrino; e o gerente de Comunicações e Relações Institucionais do Aeroporto Internacional de São Paulo, Carlos Eduardo Fernandez Silveira.

Semana passada, a comissão, presidida por Fernando Collor (PTB-AL), ouviu o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, que tratou do mesmo tema.

A reunião faz parte do ciclo

de audiências Investimento e Gestão: desatando o nó logístico do país. Problemas na logística e falta de investimentos em infraestrutura têm sido apontados pelos senadores como fatores que comprometem o crescimento do Brasil.

A Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, vinculada à CI, concluiu os trabalhos em abril. Entre as sugestões, um novo planejamento para o setor de aviação civil, incluindo plano de investimentos e plano de outorgas de aeroportos para o setor privado.

Acir Gurgacz defende programa nacional para estradas vicinais

Acir Gurgacz (PDT-RO) propôs a criação de um programa nacional específico para as estradas vicinais, com a adoção de soluções alternativas, práticas e baratas para a pavimentação das vias e a construção de bueiros e pontes. A ideia, explicou, é estabelecer parcerias menos burocráticas e mais eficientes.

O senador lembrou que, atualmente, a manutenção da maioria das estradas vicinais é de responsabilidade dos municípios, que não têm capacidade financeira para resolver o problema. O programa deve estabelecer parceria entre município, estado e governo federal.

— A proposta é que o município e o estado forneçam equipamentos e mão de obra e o governo federal, a emulsão asfáltica, o concreto betuminoso (CBUQ) e a pedra britada, necessários para formar o asfalto — explicou, lembrando que a precariedade das estradas aumenta o frete e o preço final do produto.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Paim pede agilidade a proposta sobre produção de vinho colonial

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a aprovação do Projeto de Lei 2.693/2011, que tramita na Câmara e está prestes a ser enviado ao Senado. O texto trata da legalização, produção e comercialização do vinho colonial e, se aprovado, beneficiará mais de 4 mil famílias de agricultores familiares, especialmente no Sul e Sudeste.

O senador, que participou do Festival Nacional do Vinho Colonial, em Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, explicou que a medida é fundamental para os agricultores familiares, que mantiveram a tradição e a origem italianas na produção do vinho artesanal.

— Vamos trabalhar para que a tramitação se dê de forma ágil, possibilitando a inclusão de um expressivo número de agricultores que se encontram à margem da legislação e que podem ter no vinho colonial um importante fator gerador de renda e permanência da nossa juventude no meio rural — afirmou.

Itens da MP 615 podem ser incluídos em outras medidas, afirma Gim

Gim (PTB-DF) afirmou que, caso a Medida Provisória (MP) 615/2013 não seja aprovada a tempo pelo Congresso, todos os itens nela presentes serão incluídos em outras medidas. O texto, que prevê ajuda a produtores de cana-de-açúcar, perde a vigência segunda-feira. Como o entendimento do Senado é não votar MPs que cheguem a menos de sete dias do prazo de validade, seria necessário que a Câmara aprovasse o texto ontem, durante sessão extraordinária convocada pelo presidente da Casa, Henrique Eduardo Alves.

A MP foi aprovada na terça-feira pela comissão mista do Congresso e chegou ao Plenário da Câmara na quarta. Diante das críticas pela demora, Henrique Alves retirou o texto da pauta e convocou a sessão de ontem. A MP foi aprovada com quase 50 artigos, que incluem a renegociação de dívidas até a hereditabilidade das concessões de táxis.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Economistas de bancos analisam perspectivas do país

Debate marcado para as 10h30 na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai analisar a conjuntura econômica brasileira, com ênfase nas perspectivas de crescimento sustentável. Foram convidados os economistas-chefes de três grandes instituições financeiras: Ilan Goldfajn, do Itaú Unibanco, Nilson Teixeira, do Credit Suisse, e Octavio de Barros, do Bradesco.

A audiência foi requerida por Eduardo Suplicy (PT-SP), Armando Monteiro (PTB-PE) e Lindbergh Farias (PT-RJ), presidente da CAE. A reunião integra ciclo de debates sobre a política econômica.

Comissão examina ampliação de direitos de donos de lotéricas

A CAE analisa hoje, às 10h, projeto de lei que estabelece novos direitos para donos de agências lotéricas nos contratos celebrados com a Caixa Econômica Federal.

Entre as mudanças previstas na proposta (PLC 40/2013), está a fixação da permissão em 20 anos, prorrogáveis por igual período.

Para a relatora, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a delimitação do tempo é fundamental para garantir segurança jurídica aos empreendimentos, que administram as loterias por conta e risco próprios. Outra inovação é a necessidade de autorização, pela Caixa, para a mudança de endereço, bem como para a localização de novas permissões.

O texto faculta também aos permissionários a comercialização de alimentos e bebidas.